

EDITORIAL

Prezados Pesquisadores,

É com especial satisfação que informamos que a Revista Ágora foi reclassificada na avaliação Qualis-CAPES-2015 conquistando o B4. Trata-se de uma vitória que veio coroar um período de bastante trabalho e dedicação de todos os envolvidos com a revista. Dessa forma, não se pode atribuir tal conquista somente à equipe editorial, mas a um conjunto bastante expressivo de pessoas que continuamente dão apoio ao trabalho realizado: Conselho, Comitê, Revisores e Avaliadores. Esta vitória é também dos leitores e autores, Parabéns para nós!!!!

Fechamos o ano de 2016 com o Volume 21 – Número 2 são apresentados seis artigos que perpassam sobre as temáticas relacionadas a Administração, Ciências Contábeis, Direito e Inovação.

O primeiro artigo deste número intitulado **Gestão pública, desenvolvimento local e o incentivo à formalização de pequenos empreendimentos** dos autores Hélio Trindade de Matos (Universidade Federal do Maranhão – UFMA), Heidy Rodriguez Ramos (Universidade Nove de Julho – UNINOVE) e Francilene Rosário de Matos (Universidade Federal do Maranhão – UFMA) analisou como a gestão pública pode estimular o desenvolvimento local por meio do incentivo à criação de pequenos negócios e a regularização dos empreendimentos informais com a adoção da política pública do Microempreendedor Individual (MEI). A pesquisa teve uma abordagem qualitativa com o uso de análise documental e da realização de entrevistas semiestruturadas junto a uma amostra não probabilística de 53 pequenos empreendedores. Os resultados indicaram que a adoção do MEI beneficia aos pequenos empreendedores que iniciaram suas atividades no âmbito de sua vigência, contribuindo para o início das atividades empresariais em condições mais favoráveis ao desenvolvimento dos empreendimentos. Observou-se que o acesso aos benefícios sociais é o principal motivo para que os empreendedores informais se insiram nessa política.

O segundo artigo denominado: **A Teoria dos Custos de Transação Explicam a Origem das Redes?** dos autores Conrado Gomide Castro (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais), Diego César Terra de Andrade (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais), Matheus Alberto

Rodrigues Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), Antônio Carlos dos Santos (Universidade Federal de Lavras) abordou um dos temas emergentes estudados na teoria das organizações, que trata das organizações em rede e as redes organizacionais. Por meio de uma revisão de literatura sobre redes organizacionais e custos de transação, o artigo teve como objetivo explicar a origem das redes organizacionais à luz da teoria dos custos de transação. O estudo conclui que a teoria dos custos de transação pode ser considerada como uma transição entre a economia clássica e as novas configurações de organizações em rede, sendo, portanto, uma possível explicação para a origem das redes organizacionais.

As autoras Adriane Inês Jantsch Dal Bosco (Sociedade Educacional de Itapiranga – SEI) e Cléres Taís Traesel (Faculdades de Itapiranga – FAI) trazem uma pesquisa intitulada: **Como anda a qualidade de vida no trabalho dos profissionais?** O artigo buscou compreender quais indicadores são importantes para a qualidade de vida dos trabalhadores. A pesquisa abordou 158 entrevistados e os resultados demonstram-se positivos quanto à importância da jornada de trabalho diária, a segurança no trabalho, o respeito aos direitos e obrigações trabalhistas, a aceitação na empresa, a imagem, o orgulho em fazer parte da organização e a remuneração. O ponto negativo avaliado pelos entrevistados foi a pouca autonomia na realização de tarefas.

O quarto artigo de Renato Fabiano Cintra (Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS) e Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)), Wagner Seiki Oguido (Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR), Antonio Oliveira de Carvalho (Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE) e Saulo Fabiano Amâncio-Vieira (Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR), intitulado a **Análise do grau de orientação para os stakeholders das empresas de capital aberto da região Sul do Brasil** trata de uma replicação adaptada do artigo *Developing a Scale for Stakeholder Orientation*, pois objetivou analisar o grau de orientação para *stakeholders* das empresas de capital aberto da região sul do Brasil. Logo quatro categorias de *stakeholders* primários foram selecionadas: clientes, concorrentes, acionistas e colaboradores. Os resultados apresentam semelhança com o estudo original, que pode ser considerada uma tendência das empresas de capital aberto, porém não pode ser confirmada de que há correlação entre o grau de orientação para *stakeholders* e desempenho da empresa. Mesmo assim, pode evidenciar que existem correlação e alinhamento dos itens, embora tenham abordagens diferentes.

O autor João Orlando Medeira de Araújo (Universidade UNOPAR) apresenta uma pesquisa intitulada **Políticas públicas: objeto de proteção social que se desenvolve dentro da responsabilidade da família e do estado**, o estudo enfatiza a discussão da influência ideológica do neoliberalismo sobre o Estado brasileiro na atribuição de

responsabilidades à família quanto à proteção do grupo familiar. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica acerca da temática abordada, propõem-se o esclarecimento da definição de papéis e paradigma conceituais que possam alicerçar os atores sociais na conquista da efetivação das referidas políticas e a consequente aproximação da realidade e justiça social.

O último artigo intitulado **Os efeitos do § 1º do art. 219 do código de processo civil na interrupção do prazo prescricional do direito tributário**, de Jeison Francisco Medeiros (Universidade do Contestado/UnC), visa analisar se há ou pode haver algum efeito resultante do disposto no § 1º do art. 219 do Código de Processo Civil, sobre a interrupção do prazo prescricional para cobrança do crédito tributário pela Fazenda Pública, tendo em vista que o Código Tributário Nacional prevê em seu art. 174 qual o prazo legal para a cobrança do crédito tributário, inclusive elencando, em seus incisos, quais os atos que geram a interrupção deste prazo prescricional. Utiliza-se do método indutivo na metodologia ora empregada, bem como de técnicas de categoria, conceito operacional e leitura dirigida. Após a pesquisa, tem-se as considerações finais, abordando o resultado do problema a que se propôs efetuar a presente pesquisa.

Enfim, a missão prossegue. Nunca é demais agradecer aos pareceristas e editores que participaram desta edição e das edições anteriores. Da mesma forma, aos autores que enviaram os seus trabalhos, tendo sido eles aprovados ou não, o nosso muito obrigado na esperança de que possamos repetir a parceria em números futuros. E, como não poderia deixar de ser, um muito obrigado aos leitores com os votos de uma boa leitura.

Gostaríamos de convidar os pesquisadores, estudiosos, acadêmicos, profissionais para submeterem seus artigos científicos para o 22º volume a ser publicado no primeiro semestre de 2017. O prazo para submissão é até **30 DE MARÇO DE 2017**. Destacamos que o foco e escopo da Revista é na área de Ciências Sociais Aplicadas e Inovação.

Alessandra Cassol – Editora
Ana Paula Della Giustina – Editora Adjunta